

# Manifesto da CES 2019-2023 <sup>i</sup>

## Manifesto da CES 2019-2023

Estamos a viver um momento crucial e difícil para a Europa e para o movimento sindical europeu.

Os efeitos da globalização desregulamentada, da crise económica e da austeridade, as mudanças na economia e no mercado de trabalho devido às alterações climáticas, à digitalização e à automatização, os ataques aos direitos dos trabalhadores e dos sindicatos e ao modelo social europeu, o crescimento das desigualdades dentro e entre países; a questão dos fluxos de migração e da mobilidade, conduzindo frequentemente à discriminação e à exploração - o surgimento de forças de extrema-direita, nacionalistas, neofascistas e xenófobas que ameaçam os direitos humanos e sociais e colocam em risco os valores democráticos da União Europeia - tudo isto suscita grandes preocupações para o futuro da Europa e dos trabalhadores europeus.

O movimento sindical tem a responsabilidade de defender a democracia e o modelo social europeu, a conquista mais importante do século passado, baseada na paz, nos direitos humanos, laborais, sociais e ambientais, em condições de vida e de trabalho justas e igualitárias, incluindo serviços públicos e sistemas educativos de qualidade.

\*\*\*

Para o conseguir, a CES e os seus membros elaboraram políticas sólidas para o futuro da economia, da sociedade e do mercado de trabalho europeus e implementarão ferramentas e ações fortes e eficazes para reforçar o papel dos sindicatos na obtenção de resultados concretos e positivos para os trabalhadores, concentrando-se particularmente em:

Uma nova política económica progressista e sustentável; aumentos salariais e convergência ascendente dos salários entre países e setores; trabalho em empregos de qualidade e redução da semana de trabalho, sem corte na remuneração e controlo sobre os diferentes tipos de horários de trabalho; defesa e extensão dos direitos dos trabalhadores, proteção social e serviços públicos; relançamento do diálogo social, fortalecendo a negociação coletiva, ampliando a sua cobertura e promovendo a participação dos trabalhadores; transições justas, globalização sustentável e comércio progressivo; mobilidade equitativa e uma política comum de migração e asilo, baseada no respeito dos direitos e da igualdade de tratamento.

Esta é a forma de melhorar as condições de trabalho e de vida dos nossos membros e de moldar o futuro do mundo do trabalho.

\*\*\*

Construiremos um movimento sindical renovado e mais forte, capaz de organizar e mobilizar, para enfrentar os desafios que temos diante de nós, para antecipar e moldar as mudanças futuras; um movimento sindical que participa no reforço da democracia e do progresso social na Europa.

Um movimento sindical forte para o futuro, capaz de mudar as políticas económicas e laborais existentes e de incluir aqueles que se encontram agora excluídos dos direitos e da proteção e que não são tratados de forma igualitária: mulheres, jovens, trabalhadores precários, independentes e trabalhadores de plataformas, da economia informal, migrantes e trabalhadores móveis, pessoas com deficiência ou afetadas por qualquer forma de discriminação, nomeadamente em relação à orientação sexual e à identidade de género.

O movimento sindical europeu vai construir **Uma Europa mais Justa para os Trabalhadores.**

\*\*\*

O contrato social subjacente à economia social de mercado da UE encontra-se ameaçado devido às medidas de austeridade, aos cortes e à desregulamentação que foram implementadas como resposta, errada, à crise económica motivada pelo dumping social e salarial, pelos abusos no trabalho. O Pilar Europeu dos Direitos Sociais e a nova legislação social constituem passos importantes para restaurar o Modelo Social Europeu, embora por si só não sejam suficientes.

Necessitamos de um contrato social renovado para a Europa que estabeleça a relação entre três diferentes grupos da sociedade: o Estado, o trabalho e o capital. As instituições têm de assumir a responsabilidade de reforçar a economia social de mercado. As empresas não devem poder lucrar com o mercado único e, ao mesmo tempo, prejudicá-lo ao explorarem a mão-de-obra ou evitando o pagamento de impostos e de contribuições sociais.

A CES lança o seu Plano de Ação para a concretização de um Contrato Social renovado para a Europa e irá trabalhar e negociar com as instituições europeias e nacionais e com as organizações de empregadores para o conseguir, através de iniciativas emblemáticas, nomeadamente:

1. Um Protocolo de Progresso Social que atribua estatuto prioritário aos trabalhadores, aos sindicatos e aos direitos sociais e que seja incluído nos Tratados e implementado através da legislação e da política da UE.
2. O relançamento de um plano extraordinário para o aumento do investimento público e privado na criação de empregos de qualidade em todos os setores da economia e do investimento público em serviços públicos, em bens públicos e na proteção social.
3. Alterar a governação económica da UE, o Semestre Europeu, a União Monetária Europeia e o orçamento da UE para promover a justiça social, o investimento favorável ao emprego, o crescimento sustentável, uma tributação justa e progressiva e o bem-estar das pessoas – tudo isto como um objetivo das políticas económicas da UE.
4. Reconstruir o Modelo Social Europeu, reforçando e implementando os princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais através de políticas, legislação, regulação social, acordos coletivos e medidas corretas de redistribuição e de convergência ascendente.
5. Reforço do Diálogo Social Europeu tripartido, bipartido e setorial através de melhores legislações, políticas e acordos e do financiamento dirigido ao reforço das qualificações.
6. Uma Parceria para a Negociação Coletiva que vise alcançar um aumento salarial generalizado e uma convergência ascendente de salários e de condições de trabalho para todos. A parceria deverá conduzir a recomendações do Conselho e, possivelmente, a uma Diretiva-Quadro, com vista a reforçar e construir negociações coletivas nacionais mais fortes e autónomas, bem como os direitos sindicais e dos trabalhadores em todos os Estados Membros da UE.
7. Concentrar esforços para alcançar a igualdade de género no trabalho e na sociedade, com legislação e políticas de combate a todas as formas de discriminação, particularmente as disparidades salariais.
8. Ação urgente sobre questões como a crise climática, a digitalização, a automação e a globalização com uma transição justa que - através da legislação Europeia, de medidas políticas e fundos específicos, diálogo social e negociação coletiva - garanta que ninguém é deixado para trás.
9. Uma reforma da lei da concorrência, da legislação comercial e da legislação sobre a devida diligência e as cadeias de abastecimento no seio do mercado único, a fim de garantir o pleno respeito pelos direitos sociais, sindicais e dos trabalhadores.
10. Uma reforma da legislação Europeia em matéria de informação e consulta, de representação ao nível dos conselhos de administração e dos Comitês de Empresa Europeus, melhorando a participação dos trabalhadores no local de trabalho e na alteração e reestruturação da economia.
11. Moldar o futuro do trabalho com os quadros jurídicos europeus para reduzir o emprego precário e incerto, alargar os direitos e proteção dos trabalhadores das novas formas de trabalho, acabar com o dumping salarial e social e criar mobilidade equitativa de trabalhadores e igualdade de tratamento.
12. Tornar a aprendizagem ao longo da vida e o direito à formação uma realidade para todos através de uma iniciativa legislativa europeia.

13. Mais ação para construir uma agenda europeia justa e sustentável para a migração, para a globalização, para o comércio internacional e para as políticas externas e de vizinhança, nomeadamente através da plena implementação na Europa da Agenda 2030 e de outros tratados e instrumentos da ONU, incluindo as convenções da OIT.

---

<sup>i</sup> Tradução da responsabilidade da UGT.